

# **XXV CONGRESSO DO CONPEDI - CURITIBA**

## **DIREITO E SUSTENTABILIDADE III**

**TARIN FROTA MONT'ALVERNE**

**JERÔNIMO SIQUEIRA TYBUSCH**

Todos os direitos reservados e protegidos.

Nenhuma parte destes anais poderá ser reproduzida ou transmitida sejam quais forem os meios empregados sem prévia autorização dos editores.

#### **Diretoria – CONPEDI**

**Presidente** - Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa – UNICAP

**Vice-presidente Sul** - Prof. Dr. Ingo Wolfgang Sarlet – PUC - RS

**Vice-presidente Sudeste** - Prof. Dr. João Marcelo de Lima Assafim – UCAM

**Vice-presidente Nordeste** - Profa. Dra. Maria dos Remédios Fontes Silva – UFRN

**Vice-presidente Norte/Centro** - Profa. Dra. Julia Maurmann Ximenes – IDP

**Secretário Executivo** - Prof. Dr. Orides Mezzaroba – UFSC

**Secretário Adjunto** - Prof. Dr. Felipe Chiarello de Souza Pinto – Mackenzie

**Representante Discente** – Doutoranda Vivian de Almeida Gregori Torres – USP

#### **Conselho Fiscal:**

Prof. Msc. Caio Augusto Souza Lara – ESDH

Prof. Dr. José Querino Tavares Neto – UFG/PUC PR

Profa. Dra. Samyra Haydêe Dal Farra Napolini Sanches – UNINOVE

Prof. Dr. Lucas Gonçalves da Silva – UFS (suplente)

Prof. Dr. Fernando Antonio de Carvalho Dantas – UFG (suplente)

#### **Secretarias:**

**Relações Institucionais** – Ministro José Barroso Filho – IDP

Prof. Dr. Liton Lanes Pilau Sobrinho – UPF

**Educação Jurídica** – Prof. Dr. Horácio Wanderlei Rodrigues – IMED/ABEDI

**Eventos** – Prof. Dr. Antônio Carlos Diniz Murta – FUMEC

Prof. Dr. Jose Luiz Quadros de Magalhaes – UFMG

Profa. Dra. Monica Herman Salem Caggiano – USP

Prof. Dr. Valter Moura do Carmo – UNIMAR

Profa. Dra. Viviane Coêlho de Séllos Knoerr – UNICURITIBA

**Comunicação** – Prof. Dr. Matheus Felipe de Castro – UNOESC

---

D598

Direito e sustentabilidade III [Recurso eletrônico on-line] organização CONPEDI/UNICURITIBA;

Coordenadores: Jerônimo Siqueira Tybusch, Tarin Frota Mont'alverne – Florianópolis: CONPEDI, 2016.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-85-5505-313-9

Modo de acesso: [www.conpedi.org.br](http://www.conpedi.org.br) em publicações

Tema: CIDADANIA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: o papel dos atores sociais no Estado Democrático de Direito.

1. Direito – Estudo e ensino (Pós-graduação) – Brasil – Congressos. 2. Direito. 3. Sustentabilidade.

I. Congresso Nacional do CONPEDI (25. : 2016 : Curitiba, PR).

CDU: 34



Florianópolis – Santa Catarina – SC  
[www.conpedi.org.br](http://www.conpedi.org.br)

# **XXV CONGRESSO DO CONPEDI - CURITIBA**

## **DIREITO E SUSTENTABILIDADE III**

---

### **Apresentação**

A presente obra condensa os debates e temas contemplados nos artigos apresentados no Grupo de Trabalho (GT) Direito e Sustentabilidade III, do XXV Congresso do Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Direito (CONPEDI), realizado na cidade de Curitiba entre os dias 7 a 10 de dezembro de 2016, na UNICURITIBA. Foram apresentados 19 trabalhos, os quais serão apresentados a seguir.

O trabalho PROJETO INTEGRADO DE EDIFICAÇÃO: ASPECTO SUSTENTÁVEL E CERTIFICAÇÃO AMBIENTAL de autoria de Isabel Camargo Guedes e Maraluce Maria Custódio versa sobre projeto integrado de edificação como mecanismo para cumprimento das diretrizes internacionais de sustentabilidade.

Os autores Edson Ricardo Saleme e Alexandre Ricardo Machado no trabalho A REVITALIZAÇÃO DO SINIMA EM PROL DA SUSTENTABILIDADE E AS NOVAS OBRIGAÇÕES DO CADASTRO AMBIENTAL RURAL NOS ESTADOS DA FEDERAÇÃO estudam sobre os avanços do Sistema do Cadastro Ambiental Rural (SICAR) e como este tem contribuído para o avanço do Sistema Nacional de Informações do Meio Ambiente (SINIMA).

O trabalho OS IDEÁRIOS DA SUSTENTABILIDADE A PARTIR DA (IN) APLICABILIDADE DOS PARADIGMAS DE COOPERAÇÃO DA CONVENÇÃO SOBRE DIVERSIDADE BIOLÓGICA: OLHARES DESDE A AMÉRICA LATINA de autoria de Evilhane Jum Martins e Giane da Silva Ritter Morello objetiva averiguar se os paradigmas de cooperação exarados pela Convenção sobre Diversidade Biológica podem ser utilizados como mecanismo para a exploração da biodiversidade à serviço do capitalismo, contrariando os ideais de sustentabilidade.

Os autores Rogerio Portanova e Thiago Burlani Neves no artigo A ATUAÇÃO JURÍDICA PARA PRESERVAR OS SABERES DE GRUPOS VULNERÁVEIS A FIM DE MANTER O EQUILÍBRIO ECOLÓGICO realiza uma reflexão acerca da crise ambiental no Planeta Terra, expondo que a utilização dos mais variados conhecimentos humanos pode colaborar com a preservação do meio ambiente saudável.

O trabalho PRÁTICAS EMPRESARIAIS E INFLUÊNCIAS DO CONSUMIDOR PARA O ALCANCE DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, SOB O PRISMA DOS DIREITOS HUMANOS de autoria de Cristiane Feldmann Dutra Suely Marisco Gayer pretende conceituar a ideia de consumo sustentável, expressão que vem sendo cada vez mais utilizada em âmbito empresarial.

As autoras Andressa De Oliveira Lanchotti e Jamile Bergamaschine Mata Diz no trabalho INFORMAÇÃO AMBIENTAL E DIREITOS HUMANOS: DA FORMALIDADE À EFETIVIDADE DOS DIREITOS DE ACESSO analisam a legislação brasileira relativa ao tema, no intuito de entender se a normativa pátria garante a efetividade do direito de acesso à informação ambiental.

O trabalho O DEVER DE PROGRESSIVIDADE DAS CONQUISTAS SOCIOAMBIENTAIS EM VIRTUDE DO PRINCÍPIO DA PROIBIÇÃO DO RETROCESSO AMBIENTAL de autoria de Gustavo Henrique da Silva demonstra o reconhecimento e aplicabilidade do Princípio da Proibição de Retrocesso Ambiental no ordenamento jurídico nacional e para isso serão apresentados os fundamentos legais e constitucionais que permitem a sua plena aplicação e interpretação no direito pátrio.

Os autores Matheus Silva De Gregori e Luiz Ernani Bonesso de Araujo no trabalho SUSTENTABILIDADE E FUNÇÃO PROMOCIONAL DO DIREITO: OS INSTRUMENTOS ECONÔMICOS DE POLÍTICA AMBIENTAL NO BRASIL investigam se os instrumentos econômicos de política ambiental no Brasil, enquanto exemplos da função promocional do direito, representam potenciais mecanismos de promoção da sustentabilidade ambiental, econômica e social.

O trabalho OBSOLESCÊNCIA PROGRAMADA NA SOCIEDADE DE CONSUMO E A SOLIDARIEDADE AMBIENTAL de autoria de Valeria Rossini e Samyra Haydêe Dal Farra Naspolini Sanches destaca a obsolescência programada como causa da mudança de padrão de produção e seu vínculo com a sociedade de consumo e superconsumismo.

Os autores Rodrigo Alan De Moura Rodrigues e Nathan de Souza Coelho no artigo O PRINCÍPIO DA SUSTENTABILIDADE NA ATIVIDADE MINERÁRIA. EXPORTAÇÃO DE COMODITES E IMPORTAÇÃO DE PRODUTOS MANUFATURADOS NO BRASIL objetivam oferecer subsídios para a reflexão sobre o princípio do desenvolvimento sustentável da atividade mineraria no Brasil.

O trabalho O CONTROLE DE SUSTENTABILIDADE PELO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO de autoria de Gustavo Brasil Romão e Silva objetiva analisar como e porque a Corte de Contas desempenha esse tipo de controle externo.

A autora Ana Lucia Brunetta Cardoso no trabalho ATERRO SANITÁRIO: A NECESSIDADE DE IMPLEMENTAÇÃO DAS NORMAS LEGISLATIVAS NA REDUÇÃO DE IMPACTOS AMBIENTAIS com base no crescimento desordenado do Meio Ambiente Artificial, é preciso analisar o impacto causado por não existir um aterro sanitário adequado.

O trabalho ESTADO CONSTITUCIONAL ECOLÓGICO: EDUCAÇÃO, PROTEÇÃO E O RECONHECIMENTO DOS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS de autoria de Antonio Torquillo Praxedes e Francisco Ercilio Moura aborda o papel da conscientização social que esteja fundamentada no diálogo entre as diferentes perspectivas socioculturais, com ênfase à inserção da cosmovisão dos povos autóctones nas políticas públicas de ensino.

O autor Alessandro Luiz Oliveira Azzoni do trabalho DIREITO AMBIENTAL EMPRESARIAL estuda o direito ambiental voltado para atividade empresarial, incluindo as atividades empresarias.

O trabalho DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO VERSUS SUSTENTABILIDADE: UM PROGNÓSTICO SOBRE O PROTAGONISMO DO DIREITO TRADICIONAL NA MATERIALIZAÇÃO DO EQUILÍBRIO INTERGERACIONAL de autoria de Luís Marcelo Mendes e Jerônimo Siqueira Tybusch aborda o choque entre desenvolvimento econômico e sustentabilidade, para delinear um prognóstico sobre o protagonismo do direito tradicional na materialização do equilíbrio intergeracional.

A autora Amanda Fontelles Alves no artigo AS LICITAÇÕES PÚBLICAS COMO INSTRUMENTO CONCRETIZADOR DO DESENVOLVIMENTO NACIONAL SUSTENTÁVEL visa demonstrar que há uma relação intrínseca entre a realização de licitações sustentáveis e o estímulo à promoção de políticas públicas destinadas à preservação do meio ambiente, o que torna possível informar que as compras públicas podem ser instrumentos jurídicos importantes no combate à devastação ambiental.

O trabalho A EXPERIÊNCIA DO PROGRAMA ECOCIDADÃO PARANÁ E A LEI 12.305 /2010 de autoria de Paloma Carvalho Zambon , Sandra Mara Maciel de Lima verifica em que medida o Programa EcoCidadão Paraná cumpre as exigências prescritas na Lei 12.305/2010.

O autor José Claudio Junqueira Ribeiro no trabalho A LEI DO SANEAMENTO BÁSICO E SEUS AVANÇOS NO BRASIL analisa a Lei do Saneamento Básico, Lei 11.445 de 2007 e os avanços nas diversas regiões do País.

O trabalho A FUNÇÃO SOCIAL DA EMPRESA COMO FUNDAMENTO DOS DELITOS AMBIENTAIS CUMULATIVOS de autoria de Marina Esteves Nonino e Fábio André Guaragni aborda a função social da empresa, e impõe limitações ao exercício do direito de propriedade dos bens de produção, com vistas à proteção de valores coletivos, como o meio ambiente.

Boa leitura!

Prof. Dr. Jerônimo Siqueira Tybusch (Universidade Federal de Santa Maria)

Profª Drª Tarin Frota Mont'alverne (Universidade Federal do Ceara)

**DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO VERSUS SUSTENTABILIDADE: UM  
PROGNÓSTICO SOBRE O PROTAGONISMO DO DIREITO TRADICIONAL NA  
MATERIALIZAÇÃO DO EQUILÍBRIO INTERGERACIONAL**

**ECONOMIC DEVELOPMENT VS. SUSTAINABILITY: A PREDICTION ABOUT  
THE ROLE OF TRADITIONAL LAW IN THE MATERIALIZATION OF  
INTERGENERATIONAL BALANCE**

**Luís Marcelo Mendes  
Jerônimo Siqueira Tybusch**

**Resumo**

O artigo aborda o choque entre desenvolvimento econômico e sustentabilidade, para delinear um prognóstico sobre o protagonismo do direito tradicional na materialização do equilíbrio intergeracional. A pesquisa vale-se do método dedutivo, bem como se utiliza de aportes dialéticos no intuito de realizar uma análise mais acurada sobre o fenômeno. Num primeiro, momento analisar-se-á o embate entre desenvolvimento econômico e sustentabilidade ambiental, bem como os seus desdobramentos na materialização do equilíbrio intergeracional. Por fim, delinear-se-á o protagonismo ineficaz do direito tradicional para assegurar um acesso equitativo aos recursos naturais para as gerações presentes e futuras.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento, Sustentabilidade, Equilíbrio intergeracional

**Abstract/Resumen/Résumé**

The article discusses the clash between economic development and sustainability, to outline a prediction about the role of traditional law in the materialization of intergenerational balance. The research makes use of the deductive method, and uses dialectical contributions in order to implement a more accurate analysis of the phenomenon. At first, time will be to analyze the clash between economic development and environmental sustainability, as well as its consequences in the materialization of intergenerational balance. Finally, it will outline-it ineffective protagonismo of traditional law to ensure equitable access to natural resources for present and future generations.

**Keywords/Palabras-claves/Mots-clés:** Development, Sustainability, Intergenerational balance

## INTRODUÇÃO

O artigo visa demonstrar o embate entre desenvolvimento econômico e sustentabilidade ambiental, para assim, realizar um prognóstico do protagonismo jurídico na materialização dos direitos intergeracionais na modernidade. Para atingir tal intento, no que tange ao aspecto metodológico o artigo se utiliza do método dedutivo no intuito de realizar uma abordagem de maior amplitude sobre o embate entre desenvolvimento econômico e sustentabilidade, bem como seus desdobramentos no universo jurídico, com ênfase, na materialização dos direitos intergeracionais a partir do aporte teórico e bibliográfico atualizado. A pesquisa também faz uso de aportes dialético com vistas a confortar as questões suscitadas a fim de apontar possíveis caminhos para a solução da problemática.

Num primeiro momento, procurar-se-á demonstrar como o desenvolvimento econômico consente o padrão capitalista, ou seja, tende como finalidade a produção de lucro, para dessa forma, atender a lógica do mercado econômico globalizado. Frente essa conjectura, a modelo de desenvolvimento econômico posto prima pela utilização dos recursos naturais, a fim de assegurar a produção de “novos” bens/produtos para garantir a perpetuação do consumo por meio de padrões axiológicos pré-definidos pelo próprio mercado. De outra banda, emerge o modelo de desenvolvimento sustentável com vistas a construir um caminho alternativo para uma nova perspectiva de desenvolvimento econômico vinculado com a premissa de combater o padrão economicista hegemônico neoliberal, por meio de um modelo de crescimento econômico sustentável comprometido, em especial, com a preservação do acesso equitativo aos recursos naturais para as gerações presentes e futuras.

Após, buscar-se-á determinar como o direito tradicional não consegue acompanhar a evolução deflagrada pela modernidade, o sistema jurídico esta vinculado ao ideário iluminista por meio de um raciocínio lógico-jurídico que privilegia a geometrização do pensamento na busca por verdades absolutas. No entanto, a sociedade contemporânea tem sido fustigada por transformações de todas as ordens – globalização atrelada à instabilidade da economia e a inserção de novas tecnologias – gerou uma sociedade intrincada na qual direito tradicional não consegue acompanhar a evolução dos problemas que se erigiram na complexidade dessa nova conjectura social.

Nesse sentido, o direito tradicional vinculado ao paradigma racionalista do pensamento iluminista, uma vez que a distribuição do risco acontece de forma desigual entre os diferentes extratos sociais, diante desta miscelânea os problemas se tornaram complexos, o direito não consegue produzir respostas efetivas na materialização dos preceitos, com foco, no processo de concretização dos direitos intergeracionais para assim, garantir a manutenção do acesso/uso equitativo dos recursos naturais para as gerações presentes e futuras.



## 2. Desenvolvimento econômico *versus* Sustentabilidade Ambiental: aportes dialógicos para a materialização do equilíbrio intergeracional

O desenvolvimento econômico está vinculado ao paradigma capitalista, ou seja, está comprometido com a manutenção de uma sociedade de consumo, onde são necessários recursos naturais para a fabricação de insumos/produtos para atender aos desejos do mercado consumidor. No intuito de alterar esse cenário, em 1960, começa a ser delineado de forma esparsa o conceito de desenvolvimento sustentável para propor um modelo alternativo de crescimento econômico para atender os anseios do mercado com vistas a resguardar/preservar os recursos naturais de forma equitativa no intuito de satisfazer as necessidades das gerações do presente sem o comprometer as necessidades das gerações futuras.

Frente essa perspectiva, o cientista Dennis Meadows, em 1972, coordenador de um grupo de pesquisadores viabiliza a publicização de um estudo denominado os *Limites do Crescimento*, os resultados da referida pesquisa<sup>1</sup> são apresentados no Clube de Roma, e na Conferência de Estocolmo, em 1972, os dados coletados servem como base para delinear o debate acerca de ações para refrear o crescente processo de degradação ecológica causado pelo homem, fato este, que colocaria em xeque a biodiversidade do planeta e a própria sobrevivência da espécie humana. (BRÜSEKE, 2003)

Diante desse panorama catastrófico, Meadows propõe a partir da análise dos dados coletados na pesquisa a tese de *crescimento zero*, para atingir tal intento era necessário o “congelamento da população global e do capital industrial” (BRÜSEKE, 2003, p. 30) a fim de refrear o processo de degradação ecológica em escala global. Assim, em 1973, Maurice Strong, constrói o conceito de ecodesenvolvimento como modelo alternativo ao desenvolvimento econômico tradicional. Nessa seara, Ignacy Sachs delinear os princípios ecológicos<sup>2</sup> necessários para a efetivação dessa nova concepção de crescimento econômico

---

<sup>1</sup> A pesquisa coordenada por Meadows pontua algumas ponderações sobre a temática: “1. Se as atuais tendências de crescimento da população mundial – industrialização, poluição, produção de alimentos e diminuição dos recursos naturais – continuarem imutáveis, os limites de crescimento neste planeta serão alcançados algum dia dentro dos próximos cem anos. O resultado mais provável será um declínio súbito e incontrolável, tanto da população quanto da capacidade industrial; 2. É possível modificar estas tendências de crescimento e formar uma condição de estabilidade ecológica e econômica que se possa manter até um futuro remoto. O estado de equilíbrio global poderá ser planejado de tal modo que as necessidades materiais básicas de cada pessoa na Terra sejam satisfeitas, e que cada pessoa tenha igual oportunidade de realizar o seu potencial humano individual; 3. Se a população do mundo decidir empenhar-se em obter este segundo resultado, em vez, de lutar pelo primeiro, quanto mais cedo ele começar a trabalhar para alcançá-lo, maiores serão suas possibilidades de êxito.” (BRÜSEKE, 2003, p. 30)

<sup>2</sup> Sob a perspectiva do ecodesenvolvimento, Ignacy Sach determina os princípios ecológicos que necessitam serem efetivados para a sua materialização, quais sejam, “a) a satisfação das necessidades básicas; b) a solidariedade com as gerações futuras; c) a participação da população envolvida; d) a preservação dos recursos naturais e do meio ambiente em geral; d) a preservação dos recursos naturais e do meio ambiente em geral; e) a elaboração de um sistema social garantindo emprego, segurança social e respeito a outras culturas; e, f) programas de educação.” (BRÜSEKE, 2003, p. 31)

alternativo. Sob essa nova ótica ecológica será pautado o embate entre os países desenvolvidos do Norte que asseveram que o crescimento econômico acelerado dos países em desenvolvimento seria a mola propulsora do processo de degradação da biodiversidade do planeta.

E de outra banda, os países em desenvolvimento do Sul alegavam a necessidade de implantar uma agenda de crescimento econômico acelerado que estivesse comprometida com a suplantação das suas mazelas sociais. Apesar da propositura de uma agenda de ações para conter os efeitos da devastação ambiental em escala global, a questão fora abordada a partir de uma perspectiva antropocêntrica, ou seja, desconsiderando toda a cadeia ecológica ao colocar o homem como centro da atividade no planeta. (MILARÉ, 2005) O crescimento das atividades humanas deflagrado pelo desenvolvimento econômico exerce um impacto nocivo sobre o cenário ecológico por meio da degradação do natural, haja vista, que o homem preceitua a necessidade de analisar a capacidade do natural em suportar as conseqüências das aglomerações de pessoas “garantindo a sua sustentabilidade no presente sem reduzir sua capacidade de sustentar as mesmas espécies no futuro.” (BEGOSSI, 19997, p. 35)

Frente essa lógica, o natural acaba por ser tratado como mera mercadoria, ou seja, capital natural<sup>3</sup>. Assim, o capital natural e o capital manufatureiro convergem para um conceito que vincula os dois a noção de estoque e a produção de um fluxo de bens/serviços. Diante dessa nova concepção de base economicista o capital natural se encaminha para o mesmo destino do capital manufatureiro, onde o “estoque de capital manufaturado produz um fluxo de bens e serviços econômicos, e o estoque do capital natural produz um fluxo de ativos naturais, tais como madeira, produtos medicinais e serviços naturais.” (MOTA, 2009, p. 47)

A consequência dessa postura converge num aumento do processo de degradação ecológica, em especial, nos países fornecedores de material biológico, ou seja, os países em desenvolvimento, pois se torna necessário o abastecimento de empresas multinacionais privadas que primam pela construção de “novos produtos” para manter abastecido o ciclo de consumo global. Para combater essa conjectura, a questão do desenvolvimento sustentável passou a ser pauta recorrente no discurso da preservação ecológica, no intuito, de tentar

---

<sup>3</sup> Diante desse cenário fica evidente que “o capital natural desempenha relevantes funções para o equilíbrio dos ecossistemas: 1) A função de regulação visa assegurar a vida da diversidade biológica nos ecossistemas. Destacam-se a regulação dos compostos químicos na atmosfera, regulação do clima global, prevenção da erosão do solo e controle da sedimentação, que proporciona a fertilização do solo, estoca e recicla material orgânico, nutriente e lixo antrópico; 2) A função de produção assegura manter o fluxo de materiais, principalmente para as atividades econômicas e humanas, destacando-se a produção de oxigênio, recursos medicinais e genéticos, comida e outros nutrientes, e manutenção dos recursos hídricos; 3) A função do fluxo de informações fornece a ciência conhecimento sobre o ambiente natural dos ecossistemas, sua estética, aspectos culturais espirituais e religiosos, conhecimentos genéticos e suporte para a formação de uma biblioteca da biodiversidade; 4) A função de serviços enfatiza o fornecimento de habitat para a população nativa, recreação, turismo e práticas hedonistas.” (MOTA, 2009, p. 47)

combater/refrear a degradação ambiental ocasionada pela técnica de prospecção da biodiversidade.

O Relatório Brundtland<sup>4</sup> será responsável por determinar as estratégias necessárias para a construção de um modelo de desenvolvimento sustentável em escala mundial, com o objetivo de transcender o modelo de desenvolvimento econômico tradicional. O modelo de desenvolvimento sustentável comprometido com a preservação ambiental que contemple à saúde e o bem-estar como direito humano e/ou fundamental do homem. Para atingir tal intento, o Relatório Brundtland aborda a problemática ecológica por meio de uma visão “holística” a partir da complexidade da ordem social/econômico/global contemporânea, onde seria possível “a interligação entre economia, tecnologia, sociedade e política e chama a atenção para uma nova postura ética, caracterizada pela responsabilidade tanto entre as gerações quanto entre os membros contemporâneos da sociedade atual.” (BRÜSEKE, 2003, p. 33)

Sob essa perspectiva, a partir de 1980 os Estados hegemônicos junto com algumas empresas privadas transnacionais desencadeiam o processo de “modernização ecológica” a partir de uma visão atrelada ao padrão econômico neoliberal, essa “nova” percepção sob a conexão das relações que abarcam desenvolvimento/tecnologia/ecologia para “[...] conciliar o crescimento econômico com a resolução dos problemas ambientais dando ênfase à adaptação tecnológica, à celebração da economia de mercado, a crença na colaboração e no consenso.” (ACSELRAD; MELLO; BEZERRA, 2009, p. 14)

Nesse ponto de vista, Veiga (2005) determina que na obra o *Livro Azul – Indicadores de desenvolvimento sustentável: marco e metodologias*, do IBGE compõe o primeiro mecanismo para medir a sustentabilidade no Brasil. Essa publicação foi lançada em 2002 e 2004, e tem como particularidade a inclusão da dimensão ambiental ao lado de indicadores sociais, econômicos e institucionais. Na referida pesquisa houve a apresentação de dezessete indicadores ecológicos divididos nas categorias: “atmosfera”, “terra”, “oceanos, mares e áreas costeiras”, “biodiversidade” e “saneamento”.

Frente essa proposição Veiga (2005), constata que para ocorrer à viabilidade na implantação de um modelo de desenvolvimento econômico sustentável se deve num primeiro

---

<sup>4</sup> O Relatório Brundtland determina as medidas que devem ser adotadas pelos Estados para materializar o princípio do desenvolvimento sustentável, quais sejam, “a) a limitação do crescimento populacional; b) garantia da alimentação a longo prazo; c) prevenção da biodiversidade e dos ecossistemas; d) diminuição do consumo de energia e desenvolvimento de novas tecnologias que admitem o uso de fontes energéticas renováveis; e) aumento da produção industrial nos países não-industrializados à base de tecnologias ecologicamente adaptadas; f) controle da urbanização selvagem e integração entre campo e cidades menores; g) as necessidades básicas devem ser satisfeitas. O Relatório Brundtland define também as metas a serem realizadas no nível internacional, tendo como agentes as diversas instituições internacionais. Aí ele coloca: h) as organizações do desenvolvimento devem adotar a estratégia do desenvolvimento sustentável; i) a comunidade internacional deve proteger os ecossistemas supranacionais como a Antártica, os oceanos, o espaço; j) guerras devem ser banidas; k) a ONU deve implantar um programa de desenvolvimento sustentável.” (BRÜSEKE, 2003, p. 33)

momento realizar a análise de inúmeros dados estatísticos vinculados à seara ecológica. Entretanto, condensar essas informações num único índice constitui-se numa "tarefa hercúlea". Para realizar tal empreitada o autor destaca o índice de sustentabilidade ambiental (ESI – 2002), criado por pesquisadores de Yale e Columbia, baseado no método de análise estatística de clusters. Essa metodologia científica permite criar um perfil semelhante aplicável em qualquer país para o controle dos recursos naturais, porém, o sistema ainda não consegue unificar todos os dados num único índice devido ao grande número de dados e suas variáveis.

Diante desse panorama, a Conferência Rio-92 debate a criação de uma agenda atinente à problemática ambiental vinculada ao desenvolvimento sustentável em escala global. Porém, o debate passa a ser permeado pelos anseios do mercado econômico globalizado no sentido de que as inovações tecnológicas trariam contribuições importantes para assegurar um modelo de desenvolvimento sustentável atrelado à lógica capitalista, ou seja, não seria alterado o modelo de crescimento econômico e ao mesmo tempo haveria a preservação ecológica. Os documentos elaborados no encontro elegem como prioridades: a mudança climática, diversidade biológica e a desertificação. É necessário ressaltar que a pauta da desertificação, acabou por ser posta de lado, uma vez, que a problemática afeta de forma mais contundente os países não-hegemônicos. (ACSELRAD; MELLO; BEZERRA, 2009)

Para tentar contemplar o desenvolvimento sustentável, a Agenda 21 Brasileira, adota o conceito de sustentabilidade ampliada e progressiva. Entretanto, o conceito é utilizado de forma errônea, pois a sustentabilidade ampliada e progressiva teria a capacidade de segmentar o conflito de ordem ecológica, no intuito, de ocasionar uma diminuição de sua complexidade a fim de encontrar soluções viáveis para por fim a problemática ecológica. Frente esse cenário, Veiga (2005) adverte que a expressão causa polêmica, uma vez, que tenta atrelar a expansão econômica neoliberal ao preceito de desenvolvimento sustentável.

Através da construção dessa ótica, se torna crível entrever que a economia neoliberal imposta pelo discurso propagado pelos países hegemônicos, corroborado pela consonância das ações/práticas/influências disseminadas pelas empresas privadas transnacionais, auxilia na transformação de caráter homogêneo do discurso/política acerca da preservação ecológica e do desenvolvimento sustentável, esse padrão imposto pelos países hegemônicos acaba por desconsiderar as problemáticas ecológicas regionais dos países não-hegemônicos. (ACSELRAD; MELLO; BEZERRA, 2009)

Assim, se torna evidente a necessidade de repensar o conceito de desenvolvimento sustentável, visto que, essa noção está atrelada ao modelo de crescimento econômico isento de degradação ambiental. Sob essa acepção, a expressão desenvolvimento sustentável acaba por ser banalizada, uma vez, que dissemina a impressão de que o desenvolvimento econômico não

seria passageiro, instável ou oscilante. Existe uma lacuna semântica na utilização da expressão desenvolvimento sustentável, essa lacuna serve como mecanismo de apropriação da questão ecológica, por parte de Estados hegemônicos e organizações internacionais, onde estes entes conjecturam a separação do local/global na construção de mecanismo para a proteção ecológica. (VEIGA, 2005)

A noção de desenvolvimento econômico está atrelada a questão do desenvolvimento industrial com a perspectiva da geração de bens/insumos para assegurar o ciclo do consumo. Contudo, Veiga (2005) assinala que a apropriação dessa expressão por parte da elite capitalista globalizada, encabeçada pelos Estados hegemônicos e associada às empresas multinacionais privadas denota um processo de rompimento do velho paradigma ambiental, uma vez, que o modelo de desenvolvimento econômico contemporâneo se encontra desgastado. É perceptível que “essa combinação entre uma concepção socialmente homogênea da questão ambiental e estratégias neoliberais vem construir o pensamento ecológico dominante nos meios políticos, empresariais e agências multilaterais.” (ACSELRAD; MELLO; BEZERRA, 2009, p. 15)

O monopólio do pensamento sobre a problemática ecológica permite que os Estados hegemônicos e as empresas transnacionais privadas direcionem o debate para áreas que não interfiram na lógica do mercado capitalista. A política ambiental e o desenvolvimento sustentável, adotados acabam por contemplar à lógica do mercado, e ocasionam a distribuição desigual dos riscos ambientais. Essa distribuição desigual dos riscos afeta de forma mais contundente os que estão inseridos na condição de vulnerabilidade social econômica, uma vez, que a pauta sobre o modelo desenvolvimentista está na mão de governos hegemônicos e das empresas transacionais privadas que não sensíveis as suas necessidades. (ACSELRAD; MELLO; BEZERRA, 2009)

Dessa forma, para que ocorra um processo de desenvolvimento sustentável em escala mundial se faz necessário criar mecanismos para tentar suprimir as desigualdades sociais na seara econômica, pois estas geram um impacto pernicioso junto à esfera ecológica. No entanto, num sistema capitalista neoliberal baseado na busca pelo lucro incessante através da competição/consumo/acumulação, essa tarefa se torna ainda mais árdua. Assim, sob a ótica ecológica o sistema capitalista de desenvolvimento industrial parece não apontar uma saída, “o conceito de desenvolvimento sustentável sinaliza uma alternativa as teorias e aos modelos tradicionais do desenvolvimento, desgastadas numa série infinita de frustrações.” (BRÜSEKE, 2003, p. 35)

Diante da construção dessa conjectura, o conceito de desenvolvimento sustentável passa a ser prolatado, primordialmente, pelas instituições financeiras internacionais e organismos internacionais no sentido de financiar projetos de preservação/conservação

socioambientais que preceituem o viés do desenvolvimento/justiça social/prudência ecológica. Essa postura tem a premissa de tentar implantar uma nova concepção sobre desenvolvimento econômico sustentável. Entretanto, é plausível determinar que “o julgamento sobre uma teoria do desenvolvimento depende essencialmente das expectativas com que ligamos teorias e sua aplicação empírica.” (BRÜSEKE, 2003, p. 35)

Frente à lógica do mercado econômico os recursos naturais passam a ser valorados economicamente. Entretanto, os recursos naturais não podem ser encarados como mercadoria, uma vez, que são essenciais para a preservação de todos os seres vivos. Nesse sentido, o sustentável se caracterizado como aquilo “que consegue sobreviver às intempéries da natureza e das atividades econômicas/humanas. Qualquer desvio em um dos elementos de um ecossistema é motivo para desequilibrar o sistema, desviando-o de seu homeostático inicial.” (MOTA, 2009, p. 38)

Ao constatar essa premissa se pode afirmar que, o setor empresarial tenta impor mecanismos para combater a crise ecológica sob a ótica do sistema econômico hegemônico. Assim, passa a ser conjecturado o conceito de ecoeficiência<sup>5</sup> na qual se incorpora a filosofia da gestão empresarial aliada à gestão ambiental e a vincula aos padrões econômicos, esse modo de sustentabilidade empresarial tem por característica buscar “o resultado da prática de política e mecanismos que visem à busca da ecoeficiência e ao exercício da responsabilidade social cooperativa.” (ALMEIDA, 2005, p. 136)

A busca pelo desenvolvimento econômico por meio de alternativas vinculadas ao conceito de ecoeficiência ainda é permeada pelos interesses do mercado. Dentro da lógica do capital a gestão empresarial deve operar dentro dos “limites e capacidades de um sistema de resistir a impactos. Ignorar a resiliência do sistema natural em que opera é um risco mortal para a empresa” (ALMEIDA, 2005, p. 136), haja vista, que a utilização exagerada dos recursos naturais afeta a estabilização entre o ecológico e o social causando efeitos colaterais junto ao sistema econômico.

Diante da perspectiva de mudança desse cenário a comunidade empresarial busca priorizar alternativas para a concepção de uma nova matriz de desenvolvimento econômico global atrelado ao conceito de ecoeficiência, para tanto, essa nova aceção passa a priorizar a necessidade do “equilíbrio entre as dimensões econômica, ambiental e social e o exercício da responsabilidade compartilhada entre governo, empresas e sociedade civil organizada.” (ALMEIDA, 2005, p. 141)

---

<sup>5</sup> O conceito de ecoeficiência sob a perspectiva da gestão empresarial é englobado pelos seguintes elementos: “a) redução do gasto de materiais com bens e serviços; b) redução do gasto de energia com bens e serviços; c) redução da emissão de substâncias tóxicas; d) intensificação da reciclagem de materiais; e) maximização do uso sustentável de recursos renováveis; f) prolongamento da durabilidade dos produtos; g) agregação de valor aos bens e serviços.” (ALMEIDA, 2005, p. 137)

Sob essa conjectura do modelo ecoeficiente propagar-se-ia um processo de transparência junto ao mercado econômico, uma vez, que seria possível acessar os dados referentes às atividades desenvolvidas nas esferas financeiras/sociais/ambientais de empresas privadas nacionais/transnacionais, organizações governamentais e não-governamentais, para assim nortear os processos de tomadas de decisões que resguardasse o natural da predação. O padrão de desenvolvimento econômico contemporâneo está vinculado a paradigma capitalista neoliberal, diante disso ocorre um embate nas esferas político/jurídico entre desenvolvimento e sustentabilidade, pois “[...] o capital fluídico circula pelo mundo em alta velocidade, com o fim último da busca pelo lucro.” (TYBUSCH, 2011, p. 76)

É de fundamental importância o uso de aportes dialógicos/dialéticos e interdisciplinares, para dessa forma (re)pensar o conceito de sustentabilidade absorvidos pelo direito tradicional no intuito de contemplar a materialização dos “novos direitos” frutos de uma sociedade complexa na seara ecológica. O preceito da sustentabilidade se caracteriza por ser um princípio constitucional amplo e multifacetado, assim, deve ser abordada sob a perspectiva de um viés comprometido com o social/ético/econômico/ambiental por meio do enfoque jurídico-político. Essa nova concepção jurídico-política das dimensões que compõe o conceito de sustentabilidade têm a premissa de assegurar/materializar a preservação dos recursos naturais como direito humano e/ou fundamental para as gerações presentes e futuras.

Para afiançar essa proposição se torna imprescindível (re)pensar o conceito de sustentabilidade para fazer frente ao crescimento econômico de caráter pernicioso provocado pelo modelo econômico hegemônico, haja vista, que essa conjectura acaba por influenciar o comportamento dos indivíduos. Assim, se pode afirmar a necessidade de (re)pensar a conduta dos indivíduos por meio de uma análise crítica da problemática ecológica para que possa ser feito o contraponto ante o modelo econômico posto.

Essas mudanças comportamentais exerceriam impacto sob a dinâmica do equilíbrio ecológico, assegurando aos seres vivos o direito a um ambiente ecologicamente saudável e equilibrado. Sob esse prisma, Freitas (2012) pontua a necessidade de responsabilizar forma objetiva os agentes poluidores para assegurar um modelo econômico alternativo sustentável comprometido com um direito ambiental que assegure o acesso ao meio ambiente ecologicamente equilibrado para as gerações presentes e futuras.

Para tanto se faz necessário que o homem construa uma nova base para o desenvolvimento econômico duradouro, a fim de buscar uma nova realidade, onde o desenvolvimento econômico atue em consonância com o preceito da sustentabilidade de viés multidimensional. Visto que na atual conjectura contemporânea a vida se torna reduzida a competição e a degradação ecológica, onde o natural passa por um processo de coisificação, reduzido a mera mercadoria na lógica do mercado de consumo.

Diante dessa constatação, Freitas (2012) pontua a necessidade de consagrar a sustentabilidade como um princípio constitucional com a premissa de tutelar a biodiversidade, para assim assegurar o acesso ao meio ambiente equilibrado e saudável para as gerações presentes e futuras. Para atingir tal intento, faz necessário a introdução de uma nova práxis jurídica com o intuito de (re)pensar a questão da sustentabilidade. O direito deve auxiliar no processo de regulamentação do acesso equitativo aos recursos naturais no intuito de auxiliar na sua preservação, com vistas a propagar um novo modelo de desenvolvimento econômico sustentável intertemporal, que tenha o condão de religar o homem ao mundo natural do qual faz parte.

### **3. O descompasso do direito ambiental tradicional frente à regulação dos “novos direitos” na seara intergeracional**

Influenciada pelos ideais iluministas de liberdade, igualdade e fraternidade, a Revolução Francesa legitima o Estado liberal-burguês, onde o poder absoluto do monarca foi substituído por um conjunto de leis, a fim de garantir as liberdades inerentes aos sujeitos. A classe burguesa, se aproveita desse cenário de profundas desigualdades, e passa a ostentar o discurso de libertar o “povo”, e assim assume, as rédeas do Estado, entretanto, “ao invés de se universalizarem numa nova formação social, mais justa e igualitária que a anterior, foram apropriados pelo grupo detentor do novo poder econômico, agora politicamente legitimado e reproduzido.” (CORRÊA, 2002, p. 63)

Denota-se que essa dominação legal assenta-se no contexto da ideologia da nova elite dominante, para que esta assegure os seus privilégios sobre o resto da população. Neste sentido, explana Ricoeur (1990, p.74), que “a função da ideologia aplica-se, por privilégio, à relação de dominação oriunda em classes sociais e da luta de classes.” Assim, o direito passou a sofrer um processo histórico de ideologização, por parte da elite dominante, através da criação de um conjunto de normas e leis impostas pelo Estado, no sentido assegurar a manutenção da ordem, onde o direito passa a ser “a projeção normativa que instrumentaliza os princípios ideológicos (certeza, segurança, completude) e as formas de controle do poder de um determinado grupo social.” (WOLKMER, 2000, p. 151-152)

O aparato jurídico estatal se constitui num instrumento de coerção social que pertence ao aparelho ideológico do Estado, tendo por finalidade dar “ordem” ao suposto caos social. O aparato jurídico estatal deveria exercer a função de garantidor da efetivação dos direitos humanos e/ou fundamentais dos indivíduos. Entretanto, este aparato penaliza a conduta daqueles que não se submetem ao sistema. Sob essa perspectiva Althusser (2003, p. 70), apregoa que “o aparelho (repressivo) do Estado funciona, predominantemente, através da repressão (inclusive a física) e secundariamente através da ideologia.”



O aparato jurídico estatal seria estático e avesso à mudanças. Contudo, se adapta, quando necessário, à evolução da social, com o intuito de reprimir as demandas sociais contrárias ao interesse da elite dominante. A ideologia exerce um papel de suma importância no processo de adaptação/supressão das divergências oriundas dessa nova realidade social, pois essa conduta ideológica manifesta uma “função necessária na sociedade capitalista (função de representação) e essa função permite modificações, transformações dessa sociedade, porque o peso das ideias e dos símbolos na vida social é extremamente importante.” (MIALE, 1979, p. 274)

Esse auxílio ideológico se faz necessário para a manipulação social, no intuito de criar novas leis para perpetuar o controle social ou reprimir uma determinada demanda contrária aos interesses da elite dominante. O aparato jurídico estatal se constitui numa das formas de assegurar a “persuasão” da elite, e auxilia na multiplicação das formas de controle social para assegurar mais privilégios e manter, assim, sua hegemonia, “em outras palavras, cabe ver na lei não só como forma de regulamentação, de organização social ou de limite da violência, mas, sobretudo, a extensão pública e racional da própria violência manipulada pelo Estado.” (WOLKMER, 2000, p. 178)

Dentre os instrumentos desenvolvidos pelo Estado, com o objetivo de garantir a ordem, perpetuar a ideologia dominante a fim de dar sustentação ao sistema vigente, nenhum é tão eficiente quanto o aparato jurídico estatal. Nesse cenário, Foucault (2002, p. 39) afirma que “o tribunal não é a expressão natural da justiça popular, mas, ao contrário, tem por função histórica reduzi-la, dominá-la, sufocá-la, reinscrevendo-a no interior de instituições características do aparelho de Estado.” O sistema jurídico garante, dessa forma, a coesão entre os instrumentos de controle social onde “a elite hegemônica desfruta do poder, sempre em proveito próprio, fazendo do povo-ícone a base moral do *status quo* e da legitimação.” (BONAVIDES, 2011, p. 54)

Assim, para consolidar o poder de forma “democrática”, a elite dominante se utiliza do aparato jurídico estatal dando, assim, sustentabilidade ao novo sistema para perpetuar, dessa forma, a sua hegemonia sobre os demais indivíduos. Para tanto, se utilizam de diversas formas de dominação, para impedir os demais grupos sociais de ascenderem dentro do sistema. Neste sentido, explana Meszáros (2004, p. 143) que “naturalmente, a ideia de dominar a sociedade por meio de algum tipo de ‘consenso’, em vez da imposição cruel das relações de poder estabelecidas para subjugar a oposição de classes, não era nova.” A dominação através do “consenso” era fundamental para esta nova elite dominante se consolidar no poder e assegurar os seus privilégios.

Diante desse cenário, o pensamento racionalista floresce no Iluminismo, com a premissa de realizar a busca por verdades absolutas que passa a ser uma constante no fazer

ciência. Essa nova concepção de pensamento atrelada às verdades oriundas do pensamento matemático geometrizado fustiga várias áreas das ciências, bem como, encontra guarida na ciência jurídica. Nessa linha de pensamento, o direito tradicional, por influência da matriz racionalista do século XVII, inicia seu afastamento gradativo das ciências da compreensão e começa sua aproximação das ciências da demonstração. (SILVA, 2006)

Nesse novo contexto tem início o processo de desvinculação da realidade sociopolítica por parte grande parte dos juristas, haja vista, que passa a ocorrer uma busca constante pela purificação dos conceitos jurídicos por intermédio do pensamento racionalista. A procura por verdades absolutas acaba por determinar o consequente afastamento da atividade interpretativa do juiz, pois o processo de interpretação passa a ser limitado pela intenção do texto legal determinada pelo legislador. Nesse contexto impera uma predeterminação no comportamento judicial, com intenção de coibir qualquer comportamento arbitrário do magistrado.

Sob esse prisma, Leibniz, através do pensamento de atrelado ao paradigma racionalista, cogita a hipótese do direito produzir verdades eternas, essa acepção acaba por cindir o direito da realidade social. Assim, a moral e o direito acabam por se transformar numa ciência demonstrativa, puramente racional, onde a doutrina jurídica não necessita da experiência oriunda da jurisprudência dos tribunais para criar proposições precisas, uma vez, que estas podem ser demonstradas exclusivamente através de fundamentos racionais. (ISAIA, 2012)

Já, para Locke, a compreensão dos fenômenos pressupunha a experimentação, a demonstração. O filósofo apregoa a superioridade do poder legislativo, bem como separa o mundo dos conceitos e o mundo dos fatos, pois, o conhecimento pode ser intuitivo ou demonstrativo, onde as concepções morais seriam demonstráveis como a matemática, a partir das sensações. Existe uma preocupação exacerbada com a definição dos conceitos e um descaso com a manifestação do comportamento do indivíduo, haja vista, que Locke renuncia o conhecimento histórico e a hermenêutica em geral. Assim, os direitos naturais, apreendidos pela razão, necessitam ser resguardados pela sociedade civil. (ISAIA, 2012)

Essa cisão entre direito e fato infundida pela matriz kantiana – o mundo do *ser* e o do *dever ser* – ainda impera junto ao direito tradicional contemporâneo, mesmo com os recorrentes avanços em entender o direito enquanto ciência da compressão. O processo de matematização do direito desencadeado por Leibniz e Locke influencia o pensamento de Sanigny ao ponto deste afiançar a necessidade do jurista se desvincular do exame dos casos concretos, pois estes eram envoltos numa aura de complexidade, assim, consistiria numa tarefa hercúlea a sua sistematização e subordinação as regras gerais. (ISAIA, 2012)

A geometrização do direito primou pelo fator da segurança jurídica, e justifica assim a codificação, onde é possível – teoricamente – encontrar respostas para todos os problemas, já que a justiça se materializa no texto da Lei. O pensamento jurídico se afastou paulatinamente do pensamento clássico aventado por Aristóteles, onde a compreensão/solução dos problemas jurídicos estava vinculada a juízos de verossimilhança e nunca a juízos de certezas. Nesse novo paradigma do pensamento jurídico moderno a Lei passa a ser pensada a partir de um rigor unívoco, e ao descobrir a “verdade”, essa será arautada na sentença. (SILVA, 2006)

As defasagens da ciência jurídica na modernidade, em especial, no que tange a materialização de direitos no que se referem a casos complexos prosperam dentro do paradigma positivista. O modelo racionalista tem como traço marcante o reducionismo. É imprescindível fracionar o conhecimento, para assim ocorra a simplificação do fenômeno/objeto pesquisado a fim de explicá-lo. Dentro da ciência jurídica essa concepção se consagra por meio do positivismo jurídico exegético que “é a consciência filosófica do conhecimento-regulação. É uma filosofia de ordem sobre o caos tanto da natureza como na sociedade.” (SANTOS, 2011, p. 141)

O positivismo jurídico exegético nas suas diferentes concepções não conseguiu assimilar a introdução da filosofia do direito e seus consequentes desdobramentos, em especial, na que se refere à interpretação da norma jurídica. O positivismo exegético permeia a ciência jurídica desde o século XVII até a contemporaneidade, onde toda a argumentação jurídica se resume a codificação. Num primeiro momento, o positivismo reduz a norma jurídica à interpretação sintática. O direito e a moral são separados, para assim se instaurar uma confusão entre texto e norma, lei e direito na solução do caso concreto.

Sob esse prisma, impera uma doutrina jurídica atrelada a um fechamento semântico onde não existe espaço para a interpretação da norma. Após aparecem propostas para a superação desse rigor metodológico, a partir de um positivismo normativista, diante do desgaste dos modelos sintático-semânticos de interpretação da codificação jurídica. Nesse cenário, surge Kelsen, que acaba por constatar que “o problema de interpretação do direito é muito mais semântico que sintático.” Diante dessa premissa, Kelsen tenta contornar essa distorção a partir de uma “terapia lógica – da ordem do à priori – que garantisse que o Direito se movimentasse por em um solo lógico rigoroso”, essa concepção acaba por distanciar o foco do principal problema jurídico, “a interpretação concreta, no nível de ‘aplicação’”, onde o juiz passa a ser relegado a realizar um processo de interpretação atrelado à pureza da lei.

Sob essa perspectiva, Kelsen conjectura a existência de uma norma fundamental, tal norma fundamental seria “a fonte comum da validade de todas as normas pertencentes a uma e mesma ordem normativa.” (1998, p. 269). Para alcançar seu intento, Kelsen faz uso do método das ciências exatas, vinculado à matemática, nas ciências sociais no intuito de juntar

aportes para comprovar a sua teoria, com essa construção teórica “expulsa” os fenômenos sociais do processo de interpretação da norma articulada com caso concreto.

A ciência jurídica, para Kelsen, deve passar por um processo de purificação teórico de tudo que lhe for estranho ao seu universo, assim se faz necessário “[...] excluir desse conhecimento tudo quanto não pertença ao seu objeto, tudo quanto não se possa, rigorosamente determinar como Direito. Quer isto dizer que ele pretende libertar a ciência jurídica de todos os elementos que lhe são estranhos” (KELSEN, 1998, p. 269), essa forma de pensar o direito enquanto ciência ainda arrebatava um grande contingente de juristas.

O enclausuramento da ciência jurídica está associado ao formalismo e ao instrumentalismo exacerbado, tal conduta gera um conhecimento jurídico limitado, pois essa postura imposta pelo positivo exegético baseado no pensamento de Kelsen exclui/expulsa o aporte das demais áreas das ciências, no intuito de analisar determinado fenômeno/objeto. Dessa maneira, o direito tradicional é transformado num sistema fechado e autômato e só pode ser compreendido a partir de sua dinâmica interna. (BOURDIEU, 2006)

A matriz subsuntivo-dedutivo exerce uma influência poderosa no universo jurídico, e ao reduzir a complexidade dos fenômenos jurídicos, o direito tradicional tem apenas a norma jurídica positivada como mecanismo de orientação para a produção da justiça. A pureza metodológica causa reflexos na estrutura social, pois, existe um descolamento entre a norma jurídica e a realidade social para a qual fora criada. O direito tradicional não consegue acompanhar as transformações sociais oriundas da modernidade no sentido, de lidar com uma nova gama de conflitos sociais oriundos desse novo modelo de sociedade

A práxis jurídica é permeada por práticas anacrônicas, e se utiliza destas para tentar suplantar a complexidade dos problemas da sociedade moderna, por meio, de uma técnica-jurídica calcada num apego exagerado ao normativismo jurídico racionalista, com vistas a propagar uma sensação de segurança jurídica para os atores do sistema. Os frutos desse apego às práticas normativistas, pelo direito tradicional, aliado ao racionalismo exacerbado, tem produzido uma situação funesta, pois o direito acaba por estar mais intimamente ligado ao funcionamento do conjunto de normas e regras de nossa legislação do que aos fatos sociais que estas deveriam regular.

Este aparato jurídico e seus integrantes têm se distanciado da realidade social. Nesse processo de abstração da realidade há somente a interpretação rígida da norma, sem preocupação com o contexto social em que se encontra inserida. O papel do direito, assim, se reduz a mero legitimador das condutas estatais. O direito, então, continua engessado e amarrado a velhos dogmas e tradições, restando à incapacidade de acompanhar os novos anseios sociais, haja vista, que “novos valores e novas necessidades sociais fustigam,

ininterruptamente, esse direito petrificado e insuficiente, por inapto para adequar-se às realidades emergentes.” (MONREAL, 1988, p. 147)

O aparato jurídico jamais prestou o reconhecimento do indivíduo ao acesso às garantias e direitos humanos e ou/fundamentais consagrados na Carta Magna. (SARLET, 2012). Este aparato sufoca a voz dos vitimizados e, ao invés de cumprir seu papel de mediar/pacificar/solucionar e ser um distribuidor de justiça acaba se tornando algoz, ao penalizar a conduta dos indivíduos. Essa conduta gera um direito desprovido de humanidade, apegado apenas ao formalismo exacerbado, fruto do nosso sistema jurídico alicerçado na codificação. Esse modelo jurídico calcado numa base racionalista serviu ao seu propósito, entretanto, dá sinais de exaurimento, pois “vivemos uma crise dos paradigmas da fundamentação num cenário composto por novos atores sociais, demandas e necessidades emergenciais, conflitos plurais e degradação do ecossistema.” (WOLKMER, 2003, p. 21)

O rompimento do padrão imposto pelo direito tradicional passa indubitavelmente pela construção de um sistema jurídico capaz de articular os saberes, erigido a partir da teoria da complexidade na construção de novos aportes para a produção do conhecimento, em especial, a religação do conhecimento jurídico. Nessa linha de ideias, o direito tradicional necessita se adaptar para responder a essa gama de novos direitos produzidos na sociedade global de risco. Dessa forma, para o direito tentar compreender a multiplicidade dos fenômenos sociais é preciso do aporte de diversas áreas do conhecimento “[...] a aptidão para contextualizar e integrar é uma qualidade fundamental da mente humana, que precisa ser desenvolvida e não atrofiada.” (MORIN, 2002, p. 16)

Para resgatar o caráter auto-reflexivo da ciência jurídica se faz necessário à construção de novos aportes metodológicos para romper o paradigma dominante através da consonância entre teórica e prática para solucionar os problemas de uma sociedade complexa por meio da análise do fenômeno/objeto. Na concepção de Morin é preciso repensar acerca de nossa capacidade cognitiva na elaboração do conhecimento com o intuito de reorganizá-la, “[...] trata-se de uma reforma não programática, mas paradigmática, concernente a nossa aptidão para organizar o conhecimento” (2002, p. 16) na seara jurídica.

O direito tradicional resguarda a ordem estabelecida, pois, essa ordem representa a visão do Estado e das empresas transnacionais privadas. O direito tradicional não consegue suprir os anseios/necessidades originários da sociedade contemporânea. Nessa seara a modernidade gera o fenômeno da ambivalência na construção/solidificação de uma sociedade global de risco, devido à complexidade de nossa época. Sob esse prisma conjectura-se que “o direito positivo é uma metadecisão que visa controlar as outras decisões, tornando-as obrigatórias. Para tanto, elabora-se um sistema jurídico normativista e hierarquizado.” (ROCHA, 2005, p. 14). O direito tradicional agoniza frente esse cenário, haja vista, que a

industrialização atrelada ao desenvolvimento técnico-econômico cria uma gama de “novos direitos”, em especial, os que tangem a área ecológica que o direito tradicional não consegue tutelar/efetivar.

Neste contexto, faz-se necessário que o aparato jurídico repense o seu papel, no sentido de continuar a serviço do retrocesso jurídico ou contribuir no processo de construção de uma nova forma de fazer direito, uma vez, que “se as normas jurídicas não são capazes de palpitar ao compasso acelerado da vida, não será o ritmo desta o que se retarda, ainda que tenha de vencer obstáculos e, por momentos, pareça diminuir a marcha.” (MONREAL, 1988, p. 147). Nessa linha de pensamento, o direito tradicional não encontra alternativas para superar o paradigma liberal-individualista-normativista na busca da construção de um direito comprometido com os problemas de nosso tempo, em especial, os referentes à questão ecológica vinculada a biotecnologia e seus desdobramentos junto a esfera intergeracional.

O direito ambiental tradicional está ancorado ao padrão liberal-individualista-normativista que acaba por cegá-lo sobre a problemática ecológica contemporânea, em especial, no que tange aos danos ecológicos complexos advindos do uso de biotecnologia. Pois, o direito ambiental tradicional, que não consegue visualizá-los e nesse sentido não consegue combatê-los, uma vez, que sua estrutura não comporta a solução para problemas de ordem complexa, como os que compõem a seara ecológica.

Sob essa ótica, é necessário repensar o direito tradicional através do viés da complexidade, ou seja, um direito reflexivo que atenda os anseios/necessidades oriundos de uma sociedade complexa. A modernidade ocasiona um processo de interação entre homem/tecnologia/desenvolvimento/natureza que se alterou de forma drástica devido à nova concepção social imposta pela sociedade global de risco onde “[...] a tensão homem-natureza tem sido uma constante nas diversas etapas da evolução cultural.” (PÉREZ LUÑO, 2012, p. 42)

O direito tradicional passa a ser sufocado pela ingerência desse novo contexto social. Sob esse prisma a Ecologização do Direito, poderia trazer certo alento frente a atual conjuntura contemporânea, haja vista, que esta se constitui num “[...] processo dinâmico de auto-sensibilização e alteração das estruturas dogmáticas do Direito (e da Teoria do Direito) para responder as demandas sociais decorrentes da produção de riscos globais emanados da sociedade de risco.” (ROCHA; CARVALHO, 2007, p. 144)

Diante da atual conjectura os problemas ambientais advindos do uso indevido da biotecnologia são de ordem complexa, assim é preciso que o direito tradicional repense os mecanismos de solução de controvérsias nesse novo milênio, pois as “profundas e aceleradas transformações por que passam as forma de vida e suas modalidades complexas de saber (genética, biotecnologia, biodiversidade, realidade virtual etc.)” tornam o direito tradicional

anacrônico. Deste modo, o direito tradicional “não consegue oferecer soluções corretas e compatíveis com os novos fenômenos” (WOLKMER, 2003, p. 21) sociais originado/irradiado na sociedade global de risco.

A mudança na estrutura jurídica é de ordem complexa, tal mudança acabaria por afetar todo o universo jurídico e seus atores, diante dessa conjectura existe a “[...] construção de uma racionalidade ambiental implica a formação de um novo saber e a integração interdisciplinar do conhecimento, para explicar o comportamento de sistemas socioambientais complexos.” (LEFF, 2006, p.145). Essa mudança da técnica-jurídica despenderia a alteração de inúmeras estruturas, para contemplar uma práxis jurídica que privilegie o raciocínio complexo em detrimento das práticas formalistas tradicionais. É de fundamental importância romper com o processo de estagnação do sistema jurídico tradicional que não consegue mais tutelar/materializar os problemas complexos na seara ecológica eficazmente. O Estado deve atuar de maneira mais contundentemente na esfera ecológica a fim de assegurar a proteção dos recursos ecológicos.

Essa atuação materializaria políticas públicas ambientais calcadas numa visão menos antropocentrismo, para “[...] impor limites ao mercado, por meio da participação do Estado, ou colocar limites em sua lógica” (LEITE, 2003, p. 189) capitalista primando pela construção de um modelo de desenvolvimento econômico sustentável, que resguarde a integridade ecológica e da saúde humana. Para tentar suplantar os problemas de ordem ecológica, cogita-se, com muita frequência, que o direito tradicional repense os mecanismos de solução de controvérsias nesse novo milênio, pois as “profundas e aceleradas transformações por que passam as forma de vida e suas modalidades complexas de saber [...] o Direito não consegue oferecer soluções corretas e compatíveis com os novos fenômenos.” (WOLKMER, 2003, p. 21). É notório que a crise no sistema jurídico possui raízes mais profundas. É visto a necessidade de transformação do paradigma instaurado na ciência jurídica a fim de romper com esse modelo no intuito de acompanhar os anseios de uma sociedade complexa, sob esse contexto existem “[...] grandes contradições com a estrutura dogmática do Direito tradicional, fundado numa dogmática antropocentrismo, eminentemente individualista e normativista para a confecção de suas descrições e institutos.” (ROCHA; CARVALHO, 2006, p. 12)

O direito ambiental tradicional atrelado à dogmática antropocentrismo impede a construção de decisões eficazes que atendam complexidades das questões ecológicas contemporâneas. A atual conjectura do sistema jurídico não consegue aplacar a dinamicidade dos “novos direitos”, pois os problemas ecológicos afetam os sujeitos tanto na sua individualidade, bem como na convivência coletiva. Nessa perspectiva é preciso “consciência para uma efetiva proteção ambiental é, ao mesmo tempo, individual e coletiva.” (TYBUSCH; ARAÚJO, 2013, p.42). Portanto, urge a necessidade de transcendência do direito tradicional,

com ênfase, no direito ambiental com o objetivo de combater os efeitos da crise socioambiental em nível global/local, para que o direito atue como um mecanismo eficaz na concretização da proteção/tutela do acesso equitativo aos recursos naturais para as gerações presentes e futuras.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O artigo teve a premissa de realizar um prognóstico sobre as interconexões entre desenvolvimento econômico, sustentabilidade ambiental e equidade intergeracional sob o prisma do direito tradicional com a premissa de fornecer aportes teóricos e cognitivos para com vistas a assegurar o acesso equitativo aos recursos naturais para as gerações presentes e as gerações futuras. Nesse ínterim, determinou-se o descompasso entre desenvolvimento, sustentabilidade e o direito tradicional sob a égide dos direitos intergeracionais. O modelo de desenvolvimento econômico atrelado ao capitalismo, ou seja, está comprometido com a manutenção de uma sociedade de consumo, onde são necessários recursos naturais para a fabricação de insumos/produtos para atender aos desejos dos consumidores. Assim, o crescimento deflagrado pelo desenvolvimento econômico e humano exerce um impacto sobre o ecológico por meio da degradação do natural, haja vista, que existe uma necessidade de analisar a capacidade do natural em suportar as conseqüências das aglomerações de pessoas e da utilização dos recursos naturais.

O conceito de desenvolvimento sustentável está atrelado ao crescimento econômico isento de degradação ambiental. De tal modo, que para que ocorra um desenvolvimento sustentável em escala mundial se faz necessário suprimir as desigualdades sociais, pois estas geram um impacto negativo na esfera ecológica. No entanto, num sistema capitalista neoliberal baseado na busca incessante pelo lucro através da competição/consumo essa tarefa se torna ainda mais árdua. Diante deste cenário, o homem necessita desencadear um novo processo de desenvolvimento duradouro, a fim de buscar uma nova realidade social, onde o desenvolvimento econômico atue em consonância com o preceito da sustentabilidade multidimensional.

A mudança no cenário do sistema jurídico é de ordem complexa e afetaria de sobremaneira todo o universo jurídico e seus atores, diante dessa conjectura a mudança da técnica-jurídica despenderia a alteração de inúmeras estruturas, para contemplar uma práxis jurídica que privilegie o raciocínio complexo em detrimento das práticas formalistas. É de fundamental importância romper com o processo de estagnação do sistema jurídico tradicional que não consegue mais tutelar/materializar os problemas complexos de ordem ecológica eficazmente. O Estado deve atuar de maneira mais contundentemente na esfera ecológica.



Nessa linha de ideia o direito tradicional atrelado à dogmática antropocentrista impede a construção de decisões eficazes que atendam complexidades das questões ecológicas contemporâneas. A atual conjectura do sistema jurídico não consegue aplacar a dinamicidade dos “novos direitos”, pois os problemas ecológicos afetam os sujeitos tanto na sua individualidade, bem como na convivência coletiva. Resta demonstrada a incapacidade do direito ambiental tradicional em prestar aporte para transcender esse contexto ecológico catastrófico. Para tentar reverter esse prognóstico, urge a necessidade de (re)pensar a concepção de justiça, sob o prisma ambiental a fim de gerar uma mudança no atual paradigma ecológico imposto. Para que assim ocorram desdobramentos para assegurar um acesso equitativo aos recursos naturais para as gerações presentes e futuras sob a égide dos direitos intergeracionais.

## Referências

ACSELRAD, Henri; MELLO, Cecília Campello do A.; BEZERRA, Gustavo das Neves. **O que é justiça ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

ALMEIDA, Fernando. O mundo dos negócios e o meio ambiente no século 21. In.: TRIGUEIRO, André (Coord.). **Meio ambiente no século 21: 21 especialistas falam da questão ambiental nas suas áreas de conhecimento**. Campinas: Armazém do Ipê (Autores Associados), 2005.

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de Estado**. 9.ed. São Paulo: Graal, 2003.

BEGOSSI, Alpina. Escalas, economia ecológica e conservação da biodiversidade. In: CAVALCANTI, Clovis. **Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Políticas Públicas**. São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1997.

BOBBIO, Norberto. **O positivismo jurídico: lições de filosofia do direito**. Compilação de Nello Morra. Tradução e notas de Márcio Pugliesi, Edson Bini e Carlos E. Rodrigues. São Paulo: Ícone, 1995.

BONAVIDES, Paulo. **Teoria constitucional da democracia participativa: por um direito constitucional de luta e resistência por uma nova hermenêutica por uma repolitização da legitimidade**. São Paulo: Malheiros, 2011.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. 14.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

BRÜSEKE, Franz Josef. O problema do desenvolvimento sustentável. In: \_\_\_\_\_.; CAVALCANTI, Clóvis. **Desenvolvimento e natureza: Estudos para uma sociedade sustentável**. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2003.

CORRÊA, Darcísio. **A construção da cidadania: reflexões histórico-políticas**. 3.ed. Ijuí: Editora Unijuí, 2002.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 17.ed. São Paulo: Graal, 2002.

FREITAS, Juarez. **Sustentabilidade: Direito ao Futuro**. 2.ed. Belo Horizonte: Fórum, 2012.

GUARESCHI, Pedrinho. **Sociologia Crítica: alternativa de mudanças**. 44.ed. Porto Alegre: Editora EDIPUCS, 1999.

ISAIA, Cristiano Becker. **Processo civil e hermenêutica: a crise do procedimento ordinário e o redesenho da jurisdição processual civil pela sentença (democrática) liminar de mérito**. Curitiba: Juruá, 2012.

KELSEN, Hans. **Teoria pura do direito**. 2.ed. Tradução João Baptista Machado. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

LEFF, Henrique. **Racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza**. Tradução de Luis Carlos Cabral. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LEITE, José Rubens Morato; AYLA, Patryck de Araújo. Novas tendências e possibilidades do direito ambiental no Brasil. In: \_\_\_\_\_.; WOLKMER, Antonio Carlos. **Os “novos” direitos no Brasil**. Natureza e perspectivas – Uma visão básica das novas conflituosidades jurídicas. São Paulo: Saraiva, 2003.

MÉZAROS, Isteván. **O poder da ideologia**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

MIAILLE, Michel. **Introdução crítica ao direito**. 2.ed. Lisboa: Editora Estampa, 1994.

MONREAL, Eduardo Novoa. **O direito como obstáculo à transformação social**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 1988.

MORIN, Edgar. **O Método**. 1. A Natureza da Natureza. 2.ed. Tradução de Maria Gabriela de Bragança. Porto Alegre: Sulina, 2002.

MOTA, José Aroudo. **O valor da natureza**. Economia e política dos recursos naturais. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

PÉREZ LUÑO, Antonio Enrique. **Perspectivas e tendências atuais do Estado Constitucional**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2012.

RICOEUR, Paul. **Interpretações e ideologias**. 4.ed. Rio de Janeiro: Editora Francisco Alves, 1990.

ROCHA, Leonel Severo; CARVALHO, Delton Winter de. Policontextualidade e direito ambiental reflexivo. In: **Revista Sequência**, nº 53, p. 9-28, dez. 2006.

\_\_\_\_\_.; SCHWARTZ, Germano; CLAM, Jean. **Introdução à Teoria do Sistema Autopoiético do Direito**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Os processos da globalização. In: \_\_\_\_\_. (Org.). **A globalização e as ciências sociais**. São Paulo: Cortez Editora, 2011.

SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficácia dos direitos fundamentais**. 11.ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2012.

SILVA, Ovídio A. Baptista. **Curso de Processo Civil**. v.1. 7.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

TYBUSCH, Jerônimo Siqueira; ARAÚJO, Luiz Ernani Bonesso de. Biodiversidade na América Latina: ecologia política e a regulação jurídico-ambiental. In: Clóvis Eduardo Malinverni da Silveira (Org.). **Princípios do direito ambiental**: articulações teóricas e aplicações práticas. Caxias do Sul: EDUCS, 2013.

TYBUSCH, Jerônimo Siqueira. **Sustentabilidade multidimensional**: elementos reflexivos na produção da técnica jurídico-ambiental. 2011. 222 p. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas.

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento Sustentável**: o desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

WOLKMER, Antonio Carlos. Introdução aos fundamentos de uma teoria geral dos “novos” direitos. In: \_\_\_\_\_.; LEITE, José Rubens Morato. **Os “novos” direitos no Brasil**. Natureza e perspectivas perspectivas – Uma visão básica das novas conflituosidades jurídicas. São Paulo: Saraiva, 2003.

\_\_\_\_\_. **Ideologia, estado e direito**. 3.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.